

Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.6>

Alexandra Guedes Pinto**

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00022/2020.

** FLUP/CLUP.

Resumo: Os discursos presidenciais de comemoração da Revolução de Abril constituem uma tradição que teve início em abril de 1977 e continua até aos dias de hoje, combinando as dimensões da continuidade e renovação. Proferidos por diferentes enunciadores em diferentes circunstâncias ao longo de cinquenta anos de democracia, cada um destes discursos possui uma identidade própria. Por outro lado, o seu caráter cerimonial implica a presença de elementos recorrentes que concretizam um género textual específico. Uma das recorrências é a organização semântico-pragmática em torno dos eixos passado-presente-futuro, correspondendo a três dimensões essenciais nestes discursos: evocação da data, foco no contexto da enunciação e projeção para a posteridade. Utilizando uma abordagem enunciativo-pragmática, propomo-nos analisar a forma como estas três dimensões são desenvolvidas nos discursos de comemoração de Abril dos presidentes António Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa. O resultado principal demonstra que estruturas linguísticas distintas materializam uma configuração semântico-pragmática similar, sintetizável na fórmula: *elogio da efeméride – diagnóstico da nação – apelo à transformação*. Não obstante esta configuração estável, cada enunciadador constrói, por meio das suas escolhas linguísticas, forças e imagens discursivas variáveis que procuraremos ilustrar.

Palavras-chave: organização enunciativo-pragmática, discursos presidenciais de celebração, 25 de Abril, recorrências, singularidades

La parole est moitié à celui qui parle, moitié à celui qui écoute.

Michel de Montaigne, *Essais*

1. Introdução

Os discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril constituem uma tradição discursiva que, iniciada em abril de 1977 e até hoje vigente, concilia as dimensões da continuidade e da renovação. Enunciados por sujeitos diferentes num período de cinquenta anos de democracia, os discursos são reflexo de circunstâncias enunciativas específicas que os marcaram com singularidades notáveis. Por outro lado, o seu caráter ritualístico implica a existência de recursividades que constroem, em cada um dos textos, a identidade de um género textual determinado. Um dos aspetos recursivos é a organização semântico-pragmática em torno dos eixos passado-presente-futuro, correspondentes a três dimensões centrais destes discursos: evocação da data, foco no contexto da enunciação e projeção para a posteridade. A partir de um enquadramento enunciativo-pragmático e com base nas declarações presidenciais de celebração de Abril dos primeiro e último presidentes da República Portuguesa, do período histórico pós-revolução, António Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa, analisaremos, neste estudo, a forma como estas três dimensões se realizam nos textos¹.

2. O recorte de um género

Os discursos de celebração de Abril em análise neste estudo constroem-se entre os eixos da singularidade e da identidade, resultantes do facto de cada um dos textos ser a manifestação de um género determinado. Referiremos, brevemente, neste apartado inicial, algumas destas características recursivas, usando o quadro de análise de Adam (2001), que conceptualiza o género em oito planos complementares – semântico, enunciativo,

1 “Último” significa o presidente que se encontra ainda em exercício de funções à data de finalização deste estudo.

pragmático, composicional, estilístico-fraseológico, metatextual, peritextual e material².

No género que optamos por designar como *discurso presidencial de celebração de Abril*³, existe um domínio temático central altamente estável, relacionado com a data celebrada, a Revolução do 25 de Abril, podendo certos subdomínios temáticos secundários divergir de texto para texto, mas exibindo sempre alguma constância. Os discursos organizam-se, tendencialmente, em torno do *Agora* da enunciação, momento em que decorre a cerimónia de comemoração, repetidamente assinalada nas sequências de abertura dos textos (“Celebramos hoje a liberdade dos Portugueses e a legitimidade das instituições que nos regem”, “Comemorar Abril, como hoje fazemos, é um acto político que a todos vincula [...]”, “Comemoram os Portugueses mais um aniversário do 25 de Abril, hoje com um significado especial”, “Celebramos hoje o 25 de Abril, uma ocasião de festa e alegria [...]”). Nestas sequências, o presente do indicativo predomina, assumindo a sua função deíctica plena.

No seguimento desta introdução, os discursos abrem para o passado, fazendo não só a evocação histórica da data que justifica a celebração, sempre motivo de exaltação (“Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia”, “Há precisamente 40 anos, no dia 25 de Abril de 1975, os portugueses participaram nas primeiras eleições verdadeiramente livres da nossa História”, “[...] foram estes homens, eles mesmos, não outros, os heróis naquela madrugada do 25 de Abril!”, “Foi assim aquele dia 25 de Abril [...]”), como também a reconstituição do passado mais remoto, correspondente ao tempo pré-revolução, caracterizado como um tempo, a todos os títulos, disfórico (“Certos progressos da década de sessenta eram enganadores [...]. A ordem estabelecida não tinha bases sólidas”, “[...] tudo era uma frágil construção”, “Foi um tempo [...] que, para sempre, marcou a vida de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras para atravessarem mares e viverem e morrerem noutra continente [...]”) e que foi interrompido pelo evento de mudança, a Revolução do 25 de Abril, que permite a divisão do passado em dois momentos diametralmente

2 A proposta de Adam (2001, pp. 40-41) situa-se numa linhagem que entronca em Bakhtine (1984), com os três grandes eixos de organização dos géneros: semântico, composicional e estilístico, e que tem sequência, por exemplo, também em Maingueneau (2009, p. 69). Não incluiremos um tratamento explícito das componentes material e peritextual neste estudo e a caracterização da componente estilístico-fraseológica será feita ao longo da análise.

3 Usaremos frequentemente as expressões mais sintéticas “discursos de celebração de Abril” e “discursos de Abril”.

diferentes. Os tempos verbais que dominam estas macroestruturas semânticas são os pretérito perfeito simples e imperfeito do indicativo.

Relevante também é a parte dos discursos dedicada à caracterização de um presente mais alargado, que abrange o passado recente, vizinho do T0, o tempo da enunciação. Neste agregado semântico, os locutores descrevem o *estado da nação*, fazendo um diagnóstico mais ou menos positivo-negativo da situação vigente. Os tempos verbais são o presente e o pretérito perfeito composto do indicativo, que, pelos seus traços semântico-aspetuais de iteratividade e continuidade, se presta a traçar um quadro que invade o T0, sem limites temporais precisos (“[...] o País, tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais”, “Vivemos em liberdade; não há presos políticos; não há censura”, “Sabemos todos, por duras experiências até nesta Assembleia, que os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados”, “Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer [...]”, “[...] somos uma Pátria em paz [...] temos resistido à nova vaga dita populista que percorre esse mundo fora”). Nestas passagens textuais, dominam os verbos de estado, retratando situações permansivas, e o advérbio “hoje”, em conjunto com o presente do indicativo, é bastas vezes usado, já sem o seu sentido de coincidência com o tempo da enunciação, mas sim de referência a um intervalo de tempo alargado, que abarca o passado recente e o presente.

Uma macroestrutura semântica igualmente central nos discursos presidenciais de celebração de Abril é a invocação de um intervalo temporal que, embora centrado sobre o presente se abre para um futuro⁴. Neste agregado semântico, concentram-se os aspetos do estado da nação que precisam de ser alterados, predominando os apelos à mudança (“[...] é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos [...]”, “Temos de melhorar, e muito, o que queremos oferecer de futuro [...]”, “Não o minimizemos!”, “É urgente essa vontade popular, constante e firme”).

A ordenação destas macroestruturas nos textos específicos pode variar, com exceção das sequências de abertura e de fecho, que, para além de ocorrerem sempre na mesma posição, tendem a ser semântica e pragmaticamente estáveis. Os diferentes momentos históricos referidos nos discursos são objeto de avaliações positivas ou negativas por parte do locutor, como já aventamos acima. Sobre o passado, antes da Revolução, o tempo da Ditadura,

⁴ Usamos o termo *macroestrutura* no sentido de Fonseca (1998), como um agregado de enunciados com uma forte “coerência pragmático-funcional” (p. 15).

o locutor projeta uma avaliação fortemente negativa; sobre o momento da mudança, identificado com a Revolução, o locutor projeta uma avaliação inversa à anterior, fortemente positiva; sobre um dos planos do presente, identificado como o T0 do discurso de celebração, o locutor projeta uma avaliação positiva, de louvor e homenagem; sobre o outro plano do presente, que cobre um intervalo mais alargado, que inclui o T0 da enunciação, mas também os antecedentes imediatos do T0, as avaliações axiológicas divergem, sendo tendencialmente mais positivas ou mais negativas, consoante o locutor e as circunstâncias históricas específicas; finalmente, sobre o futuro, o locutor tende a projetar uma avaliação axiológica positiva, manifesta em atos expressivos de desejo e esperança, mas não isenta de emoções negativas, como o receio, por vezes presente em atos de aviso e, até, de ameaça.

A componente enunciativa dos discursos presidenciais de celebração de Abril é também altamente regular, sendo a declaração política necessariamente proferida por um locutor investido da função de Presidente da República, que sinaliza a sua presença à superfície do discurso de forma explícita, embora oscilando entre graus mais ou menos patentes. As marcas deícticas de pessoa, pronominais e verbais, podem funcionar como um itinerário dessa maior ou menor marcação. A 1.^a pessoa do singular (“Em 14 de Julho do ano passado jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação”, “Não posso deixar de alargar a muitos outros que, também entre nós, vindos de fora, não falantes de português, constroem Portugal [...]”) coocorre com a 1.^a pessoa do plural (“Podemos assim comemorar o 25 de Abril [...]” “Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e do qual nos orgulhamos, além dos seus claros e escuros, também porque é nosso. Nós somos esse Portugal”, “Esta hora impõe-nos unidade”), com largos segmentos de texto dominados por fórmulas linguísticas várias de impessoalização (“Ao Presidente da República importa menos quem governa e mais como se governa”, “O Presidente da República mantém a sua inflexível determinação de assegurar, por todos os meios constitucionais, as condições de realização do projecto nacional”, “Olhar longe e fundo, eis por que razão o Presidente da República nunca hesitou um segundo sequer em aqui vir e aqui estar nesta evocação de Abril”, “Foi muito o que se fez. Mas não basta para que se encarem com despreocupação os próximos anos”)⁵.

⁵ Adiante, na secção 2.2.2, voltaremos a estes índices deícticos.

Do ponto de vista composicional, os discursos adotam planos de texto diferenciados, havendo, todavia, macroestruturas regulares, como já referimos acima. Uma delas é a macroestrutura de abertura, que concretiza um ato de saudação do auditório, seguido de um ato de evocação e homenagem da data em causa. A macroestrutura de fecho é também previsível, compondo prototipicamente um ato de aclamação da data e do povo português, podendo conter também atos diretivos de apelo. As macroestruturas intermédias divergem, relacionando-se diretamente com as circunstâncias enunciativas particulares (T0) de cada discurso, mas revelam uma configuração comum, que, por ser central, antecipamos no título deste capítulo, em torno do eixo temporal passado-presente-futuro. Estes momentos temporais são objeto de avaliações axiológicas diferentes por parte do locutor, como já mencionado⁶.

Dada a natureza do texto, a sequência textual predominante é a argumentativa e o discurso realiza, obrigatoriamente, um macroato ilocutório expressivo de homenagem e elogio, com a presença forte de atos expressivos de crítica e atos diretivos de apelo, orientados para a mobilização dos cidadãos.

Em referência à componente metatextual (Adam, 2001), o género em causa é explicitamente identificado como um discurso de celebração em todas as alocações do *corpus*.

3. A celebração de Abril nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Marcelo Rebelo de Sousa

Como referimos acima, um dos aspetos recursivos nestes discursos é a sua organização semântico-pragmática em torno do eixo passado-presente-futuro, correspondente a três dimensões centrais: evocação e elogio da data (passado-presente), diagnóstico do estado da nação (passado-presente) e projeção para a posteridade, com a mobilização para as transformações necessárias (presente-futuro).

Em contrapartida, enunciados por locutores diferentes num período que cobre quase cinquenta anos de democracia, os discursos são reflexo de circunstâncias enunciativas específicas. O próprio *ethos* de cada um dos

⁶ A contraposição entre momentos históricos associados a valores do Mal e do Bem é uma estratégia argumentativa frequente no discurso político (Cf. Pinto, 2014).

locutores contribui para essa zona de diferenciação que torna cada discurso num exemplar único.

É verdade que existe, conforme notam Marques e Ramos (2015), um “*ethos* de género”, determinado pelas próprias construições da f(ô)rma textual em que o texto se insere:

As escolhas linguísticas e discursivas dependem, entre outros fatores, do género discursivo que, sobretudo nos géneros mais ritualizados, prevê uma determinada imagem de locutor. Existe, assim, um “*ethos* de género”, isto é, a imagem do locutor que o género prevê quer nos modos de dizer – que regula –, quer nos conteúdos que privilegia. (Marques e Ramos, p. 150)

No entanto, nos discursos de celebração de Abril, subsiste uma larga margem para a construção de imagens discursivas específicas, quer estas se projetem sobre a identidade do próprio presidente, quer sobre os objetos de discurso (Mondada & Dubois, 1995) e as representações discursivas (Adam, 2011)⁷ referenciados nestes textos. É possível, por isso, afirmar que, embora o eixo passado-presente-futuro seja uma matriz que sustenta todos os discursos, os diferentes locutores⁸ estabelecem um equilíbrio específico entre estes três polos.

3.1. A celebração de Abril nos discursos de Ramalho Eanes

Os discursos de celebração de Abril do Presidente Ramalho Eanes (RE), totalizando 8 textos no período dos dois mandatos de 1976 a 1986⁹, são

7 Embora não utilizemos de forma explícita as categorias de análise propostas por Adam (2011) no seu estudo das “representações discursivas”, o conceito encontra-se subjacente na nossa abordagem: “a atividade discursiva da referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável” (p. 113), sendo a forma prototípica de manifestação da referência a relação entre tema e predicação no enunciado-proposição.

8 A desmultiplicação da instância de produção discursiva é conhecida entre os que estudam o *discurso*, referindo-se às zonas de não coincidência entre *quem fala* e *quem diz*. (Fonseca, 1992, p. 278) O locutor (*quem fala*), frequentemente, traz para o seu discurso outros enunciadores (*quem diz*), que exprimem “pontos de vista”. Esta convocação pode ser explícita, sob a forma de retoma manifesta de outros discursos, ou implícita, remetendo para uma plurivocidade que justifica a rejeição da unidade do falante e a consideração da dimensão polifónica do sentido e do enunciado. Para dar conta deste desdobramento de figuras enunciativas (Authier-Revuz, 1984; Ducrot, 1984; Fonseca, 1992; Rabatel, 2009; Vion, 2005, entre outros), usaremos, nesta análise, o conceito de *polifonia* e de instanciação de diferentes vozes num mesmo enunciado. Aplicaremos a palavra Locutor para designar os sujeitos que produziram os discursos sob estudo.

9 O primeiro mandato do Presidente Ramalho Eanes estendeu-se de 1976 a 1980 e, o segundo mandato, de 1980 a 1986. No ano de 1983, tal como explicado na introdução desta publicação, não

marcados pelos complexos desafios colocados à nação depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, que depôs a ditadura do Estado Novo e instaurou a democracia. É um período de luta pela estabilização política, institucional, económica e de reposicionamento internacional do país. Ganham particular relevância a redação da Constituição da República Portuguesa, promulgada em 1976, em que RE desempenha um papel ativo, e a gestão de problemas relacionados com a descolonização¹⁰.

Estas circunstâncias históricas altamente singulares deixam vestígios fortes nos discursos de celebração de Abril de RE. Podemos, até, afirmar que nos mesmos perpassam vários passados, vários presentes e vários futuros. Ao passado negro da Ditadura contrapõe-se o passado heroico da Revolução, mas a este sobrepõe-se um passado-presente difícil e desafiante, cheio de aspetos contraditórios, que se arrumam entre o polo da conquista da democracia e o da desilusão de expectativas não cumpridas. O futuro é, simultaneamente, o futuro da esperança e da ameaça, revelando como o locutor se bate pela conciliação entre tendências contrárias num tempo histórico difícil e instável.

3.1.1. "A memória e a lembrança": a crítica como arma para o progresso

O passado heroico do 25 de Abril, sempre atualizado no presente da celebração que justifica o discurso, não é alvo de muitas palavras nas alocações de RE. Ele é um valor em si mesmo, o objeto subjacente de cada um dos discursos, pelo que se torna redundante adjetivá-lo, para além do necessário. RE é, tendencialmente, sintético nas referências ao valor cerimonial do seu discurso:

- (1) Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em Novembro de 1975, apoiados pela PSP e pela GNR, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje desfilarão nas ruas de Lisboa, reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores. (Ramalho Eanes, 1977)

houve comemoração do 25 de Abril, já que, nessa data, se realizaram eleições para a Assembleia da República.

¹⁰ Salientamos apenas alguns dos desafios mais complexos do período histórico em análise. A forma como RE geriu estes problemas elevou a sua popularidade, facilitando a sua recondução para um segundo mandato.

- (2) Celebramos o projecto democrático que esteve na origem e que justifica o 25 de Abril. Estes são o dia e o lugar apropriados para que se medite no que foi feito e, para que se afirme o que é possível e necessário fazer de modo que Abril não fique como uma esperança sem resposta. (Ramalho Eanes, 1978)
- (3) O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política. (Ramalho Eanes, 1980)

As fórmulas discursivas de abertura, dedicadas à identificação da efeméride, resumem-se a uma breve frase de elogio, que dá passagem imediata à reflexão sobre o presente e à projeção no futuro:

- (4) Celebramos [...] o 25 de Abril [...]. O momento não autoriza que esta cerimónia decorra sem a sombra de perigos que ameaçam a obra incompleta da Revolução e que obrigam os Portugueses a considerar o futuro com natural ansiedade.
Neste dia, que devia ser de alegria e confiança, as palavras não podem ser usadas para ocultar ou iludir a gravidade da situação. (Ramalho Eanes, 1978)
- (5) O 25 de Abril é uma data que, sendo digna de comemoração, exige a todos os portugueses uma responsável reflexão política. (Ramalho Eanes, 1980)

Em alguns dos seus discursos, o locutor assinala metadiscursivamente essa passagem da celebração para a denúncia, momento discursivo, que é, no seu entendimento, muito mais relevante¹¹.

- (6) Perfaz 10 anos a democracia.
Constituindo um marco politicamente significativo na vida e no sentido dos Portugueses, seria um momento adequado para que de novo se falasse do fim do regime autoritário, da democracia renascida, da descolonização efectuada, das profundas modificações operadas na sociedade portuguesa, e se louvasse enfim a paz, a liberdade, a democracia e o reencontro da Nação portuguesa com a comunidade internacional.

11 Uma hipótese que justifica a parcimónia de RE no louvor da data é que, sendo ele um dos “Capitães de Abril”, as dedicatórias de elogio seriam também, de alguma forma, um autoelogio.

Se o fizesse não seria polémico, não chocaria as boas consciências e, provavelmente, não me voltariam a acusar de falta de clareza nas minhas intervenções.

Resisti a essa tentação ao pensar que uma parte significativa da juventude portuguesa não viveu, ou se viveu não sentiu, o regime anterior.

Resisti a essa tentação ao pensar no que vai ser o 25 de Abril de 1984 dos portugueses que se debatem no seu quotidiano com carências acrescidas – a atingir, por vezes, o limiar de uma sobrevivência digna.

Resisti, também, ao pensar nos empresários e nos trabalhadores que, contribuindo com seriedade para a construção do nosso futuro colectivo, se encontram confrontados com aqueles que, de forma expedita e ilegítima, vão enriquecendo rapidamente, sem capacidade para um trabalho sério, sem esforço honesto, sem aceitar o risco que outros têm de suportar.

Resisti, ainda, porque acredito que «a primeira categoria da consciência histórica não é a memória ou a lembrança; é o anúncio, a expectativa, a promessa». (Ramalho Eanes, 1984)¹²

Na sequência (6), a passagem da exaltação para o lamento e a acusação é concretizada por um movimento concessivo / contra-argumentativo que envolve todo o parágrafo, em que intervém a subordinada gerundiva (“constituindo um marco politicamente significativo”) e a subordinante (“seria um momento adequado para que se falasse... e se louvasse”) que, enunciada no condicional e no imperfeito do conjuntivo, remete para um estado de coisas hipotético, não real, que o seguimento do texto habilita a dizer que não se confirmou: o locutor não fala de, nem louva o 25 de Abril, reiterando essa opção através do paralelismo que se segue (“resisti (a essa tentação)”) onde se aloja o movimento contra-argumentativo da sequência. Esquemáticamente, RE enuncia: “Esperava-se que eu louvasse x, mas eu não louvo x; antes, lamento e denuncio y”.

As fórmulas rituais da celebração parecem surgir, aos olhos deste locutor, como ocas. Na verdade, alguns dos traços de carácter associados a este presidente, que é, simultaneamente, um militar – a disciplina, a sobriedade, a modéstia e a moderação, a resiliência, a exigência e o rigor, a convicção – são confirmados nas suas palavras, conduzindo à construção de um *ethos* discursivo (Mainueneau, 2005, 2008) muito coerente. Este locutor não

12 Os sublinhados são nossos.

desperdiça tempo a tecer altos louvores à efeméride – o seu foco não é tanto “a memória, a lembrança”; antes, ele concentra a sua energia na exposição e análise dos problemas, para chegar à proposta de soluções – “o anúncio, a expectativa, a promessa”.

A celebração é, aliás, ressignificada por este locutor como um momento de assunção de responsabilidades, que só se justifica como uma etapa no caminho para um futuro melhor:

- (7) Estamos a viver tempos difíceis. Para muitos, tempos de desilusão e de frustração, porque não encontram o resultado das promessas em que acreditaram e que a liberdade e a democracia justificam. De nada servirá pretender ocultar o desânimo e as críticas que, por todas as formas, nos são transmitidas [...]. Não se justificaria continuar a comemorar esta data se o seu significado ficasse confinado ao acto, localizado no tempo, do derrube de um regime autoritário, moralmente indefensável, socialmente injusto. O que hoje comemoramos não é o fim da ditadura, mas sim a afirmação da liberdade, da responsabilidade democrática, da solidariedade social. (Ramalho Eanes, 1982)
- (8) As comemorações do 25 de Abril, para além do ritual próprio das cerimónias, não se podem esgotar numa solene evocação histórica. E mesmo as mais sinceras declarações de intenção não podem fazer esquecer o que ainda se não fez e está ao nosso alcance realizar. No plano político, o recurso exagerado à palavra, ainda que com a dignidade do discurso, pode ser, e é muitas vezes, um sintoma preocupante. (Ramalho Eanes, 1984)

Nos discursos de celebração de Abril, ao longo dos seus dois mandatos, RE vai traçando o retrato de um país que oscila entre a procura de uma nova estabilidade institucional e de uma economia mais próspera e a dispersão em divisionismos internos, falhando alcançar uma verdadeira união nacional e uma sociedade mais justa e igualitária. A projeção de visões diferentes sobre o mesmo momento histórico surge sempre nas passagens em que RE caracteriza os momentos *passado recente* (pós-revolução) e *presente*, tempos de evolução e conquista, mas também de estagnação e fracasso.

Em 1977, o locutor reconhece o período de conciliação social, apesar de os ideais de Abril estarem ainda por cumprir. A compatibilização destas duas

visões antagônicas faz-se a partir da construção concessiva-contrastiva¹³, a partir do conector *porém*, em (10):

- (9) [...] nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria. (Ramalho Eanes, 1977)
- (10) Temos, porém, de reconhecer que o País, tem desfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais que os mais otimistas não se atreveriam a prever há dois anos atrás. Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. (Ramalho Eanes, 1977)

O paralelismo estrutural fica bem evidente no exemplo (11), em que RE expressa uma censura veemente, a partir de uma sucessão de perguntas retóricas (“que é feito de x?”), que identifica cada um dos ideais de Abril por cumprir. O paralelismo eleva a força da sequência:

- (11) O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país?
Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um país diferente, de uma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir? (Ramalho Eanes, 1977)

O balanço da situação do país vai conhecendo equilíbrios diferentes ao longo dos vários anos de mandato de RE, mas ele tende a permanecer negativo.

Em 1978, ocorre um movimento argumentativo idêntico ao de 1977, que equilibra os lados bom e mau do passado-presente. A combinação dos

¹³ Cf. Duarte, Pinto & Rodrigues (2022), sobre sequências discursivas de concessão e contraste.

conectores *porém* e *apesar de*, em (13), concretiza esta oposição, que também é verbalizada a partir de construções paralelas:

- (12) A ingenuidade de alguns, o desespero de outros e a passividade de muitos permitiram que a estratégia organizada ou o oportunismo se servissem dos ideais de Abril. [...] Distribuiu-se para consumo o capital acumulado pela Nação e que o regime anterior não soubera aplicar produtivamente; criaram-se expectativas a que não se podia corresponder; difundiu-se a confusão e sectarismo na Administração do Estado; desorganizou-se uma parte importante do aparelho produtivo; instalou-se um clima de insegurança, de incerteza e de arbitrariedade. (Ramalho Eanes, 1978)
- (13) Porém, apesar dos ataques e da violência, apesar das dificuldades acrescidas, o que era essencial no projecto que fez o 25 de Abril foi retomado em 25 de Novembro e tem vindo a ser realizado.
Vivemos em liberdade; não há presos políticos; não há censura. Assegurou-se a expressão regular e periódica da vontade popular. As instituições encontram-se legitimadas e os órgãos de Soberania dispõem de condições para o exercício efectivo das suas competências.
Respeita-se a responsabilidade democrática dos representantes do povo.
Abriram-se perspectivas de uma maior justiça social.
Estão reconhecidos os direitos fundamentais dos trabalhadores. As forças armadas restabeleceram a sua unidade e a sua dignidade com base nos valores da hierarquia e da subordinação à sua vocação nacional. Concretiza-se o abandono gradual de funções políticas pelos militares.
Vivemos em paz.
Recuperámos uma posição de convivência democrática na comunidade internacional, diversificámos relações e voltámos a inserir-nos na Europa, a que pertencemos. (Ramalho Eanes, 1978)

Em (12) e (13), o paralelismo estrutural materializa-se de várias formas, servindo, sucessivamente, a construção de uma imagem negativa e positiva do país:

- (1) a repetição de “passivas de se” (Mateus *et al.*, 2003, p. 839): “Distribuiu-se o capital”, “criaram-se expectativas”, “difundiu-se a confusão”, “desorganizou-se uma parte importante do aparelho produtivo”, “instalou-se um clima de insegurança”; “Assegurou-se a expressão regular”, “Respeita-se a responsabilidade democrática”, “Abriram-se perspectivas”, “Concretiza-se o abandono”;
- (2) os grupos nominais complexos, constituídos pela coordenação assindética de construções com a mesma estrutura interna em (12): “A ingenuidade de alguns, o desespero de outros e a passividade de muitos”;
- (3) A repetição de construções verbais em (13) como: “vivemos em x”, “não há x”, ou ainda, “recuperámos, diversificámos e voltámos (a) x”.

A projeção de avaliações axiológicas ambivalentes sobre o passado-presente é um traço característico dos discursos de celebração de Abril de RE, resultado do contexto desafiante do país à data, mas também do próprio caráter do homem por detrás da função. A sua exigência e o seu sentido de responsabilidade impeliam-no a observar de forma sempre muito crítica o estado da nação. A crítica tem, nos seus discursos, uma função pedagógica e construtiva de quem quer ver o país a melhorar.

Em 1979, coexiste uma longa sequência de homenagem aos que concretizaram Abril (14) com passagens igualmente longas de alerta para os aspetos negativos da pátria (15):

- (14) É difícil imaginar outra data histórica em que o País pudesse mais legitimamente celebrar a liberdade da Pátria e mais justamente prestar homenagem aos que a tomaram possível.
Homenagem às forcas armadas, que em 25 de Abril de 1974 restituíram Portugal aos Portugueses, permitindo à Nação que reassumisse a sua dignidade soberana e a direcção do seu próprio destino.
Homenagem às forças militares e políticas que, no 25 de Novembro, repudiando todos os totalitarismos, restabeleceram as condições de construção de um país fraterno e viabilizaram de novo o projecto nacional de liberdade, de democracia e de justiça que impulsionou a intervenção militar.
Homenagem aos que nesta Casa se bateram, em circunstâncias por vezes quase dramáticas, para consagrar constitucionalmente

a intenção democrática original e fizeram triunfar sobre os desvios vanguardistas a concepção democrática do Estado, assente no sufrágio universal, na coexistência de diferentes opções ideológicas, no pluralismo político e no respeito da vontade maioritária.

Homenagem, enfim, ao povo português, vencedor real do 25 de Abril e do 25 de Novembro, e vencedor porque criou os pressupostos do êxito do movimento libertador; porque assumiu com confiança e entusiasmo a promessa que as forças animadas lhe fizeram; vencedor porque, quando pôde determinar a dinâmica da revolução, tornou possível o regime democrático de que os órgãos institucionais são expressão e garantia; porque resistiu às ameaças e venceu as confrontações que tentaram impedi-lo de definir livremente a sua decisão de concretizar os ideais de Abril. (Ramalho Eanes, 1979)

- (15) Continuamos a viver tempos de confusão e perplexidade. Trata-se de uma evidência irrecusável no quotidiano dos portugueses: é uma realidade social, determinante e determinada, em que a acção política se exerce [...].

Se a confusão e a perplexidade persistem, e a crise se instala, é sobretudo porque continuamos a não conseguir o que parece e é realmente mais fácil num regime democrático: o entendimento entre os partidos: o compromisso político estável; o exercício consequente do Poder com conhecimento, trabalho, determinação, liberdade e integridade.

Esquecem-se ou minimizam-se as vitórias democráticas do nosso passado recente. (Ramalho Eanes, 1979)

A repetição das construções “homenagem a x, que y”, em (14), permite ao locutor identificar os beneficiários da homenagem de Abril: as forças armadas, as forças políticas e o povo. Mas, logo de seguida, o locutor enuncia um conjunto de fatores que justifica a minimização das vitórias democráticas recentes.

Neste equilíbrio entre os dois pratos da balança, o que pende para baixo – a depreciação – e o que pende para cima – a exaltação, é frequente que o primeiro pese mais do que o segundo, ganhando a componente negativa do lamento preponderância sobre a do louvor.

Em 1980, a conciliação do bom e do mau acontece no interior da mesma frase, pelo recurso a construções concessivas-contrastivas, com o conector *mas*:

- (16) Foi muito o que se fez. Mas não basta para que se encarem com despreocupação os próximos anos. Resistimos eficazmente aos primeiros embates da crise económica, mas as dificuldades que se apresentam no horizonte internacional serão, certamente, ainda mais graves. (Ramalho Eanes, 1980)

Em 1982, o balanço é claramente desfavorável. As construções reiteradas em (17) “são tempos que/onde x” enunciam os aspetos negativos do presente:

- (17) Estamos a viver tempos difíceis. Para muitos, tempos de desilusão e de frustração, porque não encontram o resultado das promessas em que acreditaram e que a liberdade e a democracia justificam. [...] Vivemos, de facto, tempos difíceis. São tempos que não permitem continuar a repetir muitas das promessas eleitorais, que a realidade se encarrega de reduzir à sua verdadeira dimensão. São tempos onde o valor e o rigor das atitudes se devem sobrepor à facilidade das palavras. São tempos que devem exigir uma meditação serena quanto à validade dos processos e das políticas gerais adoptadas. (Ramalho Eanes, 1982)

Em 1984, mais uma vez, a construção frásica realça o lado negativo em desfavor do positivo (18):

- (18) Estas são verdades que não satisfazem, por exemplo, a nossa juventude, que, vivendo em paz, em liberdade e em democracia – valores inestimáveis, sem dúvida – se confronta hoje com dificuldades múltiplas, designadamente de emprego, não tendo, por isso, mobilizadores horizontes de vida. (Ramalho Eanes, 1984)

A gerundiva concessiva que verbaliza as conquistas (a juventude que, vivendo em paz, em liberdade e em democracia), cede a centralidade ao outro membro da frase, onde se enunciam os problemas (a juventude que se confronta com dificuldades múltiplas). Para além disso, o reconhecimento do valor inestimável da liberdade e da democracia surge num aparte (– valores inestimáveis, sem dúvida –), secundarizado face à proposição restante.

Já em (19), a construção concessiva-contrastiva com *mas* dá a saliência ao tempo dos erros, em vez do tempo dos acertos:

- (19) 10 anos é um período muito curto para avaliar as potencialidades de um regime político [...]. Mas 10 anos são um tempo longo se for apreciado na perspectiva dos erros cometidos e que são responsabilidade de todos os dirigentes políticos, de onde naturalmente me não excludo. (Ramalho Eanes, 1984)

Em 1985, se, por um lado, o locutor expressa um elogio mais longo (20), por outro lado, remata a sequência com uma crítica (21), não só longa e circunstanciada, como retoricamente mais forte, em virtude dos paralelismos (por via da repetição de “é inaceitável que x”):

- (20) O 25 de Abril representou o momento e o tempo inadiáveis da realização de um projecto nacional, de árdua maturação, pelo qual personalidades diversas se bateram e que, em boa verdade, uma geração já antes conscientemente assumira na essencialidade dos seus pressupostos culturais e dos seus objectivos nacionais. É geração de todos os que se recusaram a ser herdeiros passivos do autoritário Estado Novo. (Ramalho Eanes, 1985)
- (21) Não podemos, em boa verdade, deixar de constatar que, nestes curtos – e já longos – anos de democracia a pobreza aumentou, o desemprego não foi sustido, e as desigualdades sociais se agravaram, apesar de, recentemente, alguns indicadores económicos mostrarem tendência mais favorável [...]
Temos vindo a assistir a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis, que não podem ser justificadas nem esquecidas.
É socialmente inaceitável que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.
É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.
É inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades e que acabaram por assumir dimensões tão vastas, e áreas tão diversas, desde as que decorrem de um sistema fiscal iníquo até à falta de racionalização dos serviços públicos, não falando já no desrespeito relativamente

frequente pelos critérios de competência, rigor e equidade na atribuição de cargos e recursos públicos. (Ramalho Eanes, 1985)

Construções como a reiterada no enunciado (21) bem como outras fórmulas deonticas copresentes (“não podemos”, “não são admissíveis”, “não podem ser”) concretizam complexos ilocutórios, que executam simultaneamente os valores pragmáticos da crítica e da recomendação¹⁴. É destes atos pragmáticos com força projetiva que falaremos na secção seguinte.

3.1.2. “O anúncio, a expectativa, a promessa”: o apelo à mudança

Passado-presente e futuro constituem, como dissemos acima, um eixo estruturante dos discursos de Abril. A celebração é uma oportunidade para o chefe do estado falar diretamente à população, oferecendo uma análise abrangente e estratégica da nação e uma visão para o futuro. Nos discursos de RE, a componente vindoura ganha uma saliência muito alta. Nestas sequências estão algumas das passagens mais fortes dos seus discursos. A presença de uma diretividade acentuada mantém-se ao longo dos anos, materializando-se em estruturas muito diversas.

Os enunciados seguintes servem de amostra deste tom moralizador e mobilizador:

- (22) Temos de retomar o esforço para procurar unir, onde forem úteis e onde se julgar prioritário, os homens capazes de responder aos grandes problemas concretos. (Ramalho Eanes, 1979)
- (23) [...] teremos de encarar a oportunidade de revisão constitucional. (Ramalho Eanes, 1980)
- (24) [...] é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído. (Ramalho Eanes, 1977)
- (25) [...] é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações, que se vão tornando desespero [...]. (Ramalho Eanes, 1977)
- (26) [...] é imprescindível que a acção do Poder seja límpida, adequada, eficaz. (Ramalho Eanes, 1978)
- (27) É urgente pôr termo às situações irregulares ou ilegais. (Ramalho Eanes, 1978)

¹⁴ Sobre complexos ilocutórios idênticos a estes, ver Pinto, Pinho e Teixeira (2017).

- (28) Torna-se imperativo restaurar a hierarquia do mérito e julgar o mérito, imparcialmente, pelos resultados. (Ramalho Eanes, 1978)
- (29) Este consenso essencial é indispensável para continuar Abril. (Ramalho Eanes, 1981)
- (30) Essa foi, e é, a esperança de Abril, que é necessário realizar. (Ramalho Eanes, 1981)
- (31) É tempo de estabelecer, sem dúvidas ou concessões, o que é possível para Portugal. (Ramalho Eanes, 1978)
- (32) Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou. (Ramalho Eanes, 1977)

Nas construções exemplificadas em (22) e (23), vemos um locutor que se dilui por detrás de um *nós*. RE enuncia muitos dos seus atos diretivos a partir de formas verbais na 1.^a pessoa do plural (temos /teremos de), com valor de “nós inclusivo” (Benveniste, 1966/ 1986), incluindo-se a si, enunciador, e ao enunciatário no grupo-alvo do enunciado deôntico. A construção da solidariedade com o povo passa pelo uso desta estratégia, com valor exortativo, que permite construir um *ethos* coletivo, mobilizado e unido em torno dos mesmos ideais¹⁵.

Os enunciados de (24) a (28) assumem a forma “É adj que x” (“é forçoso; é urgente; é imprescindível; é imperativo” x). Como defendemos anteriormente, num estudo dedicado a estas construções (Pinto & Rodrigues, 2020, p. 227), quando um segmento de texto surge encabeçado por estas estruturas de enquadramento proposicional, existe uma focalização sobre o posicionamento do enunciador quanto àquilo que diz, que, podendo oscilar entre uma modalização epistémica, evidencial, avaliativa ou deôntica, assinala sempre uma dada orientação argumentativa do enunciador.

No caso das proposições em análise, por força dos adjetivos usados, estamos perante uma modalização deôntica, que exprime as noções de necessidade, obrigação, dever. Parret (1988) classifica construções do tipo de “É verdade que X” como “construções impessoais”¹⁶, na medida em que

15 Marques e Duarte (2016) consideram as “formas verbais na 1ªp/pl, como uma estratégia privilegiada de construir comunidade” no discurso científico (p. 205).

16 No original francês, a construção corresponde a “C'est vrai que” tendo, por isso, uma estrutura sintático-semântica diferente da sua equivalente em português. O autor justifica a sua proposta de considerar estas construções como formas de impessoalização do discurso, mostrando outras formas frásicas que ocultam o sujeito da enunciação: “enunciados como [p1] A terra gira à volta do sol., [p. 2] É verdade que a terra gira à volta do sol., escondem os suportes enunciativos Eu digo que, eu acho que etc.” (Parret, 1988, p. 75).

efetivam uma estratégia de camuflagem do enunciador, que procura “fazer parecer o seu discurso não como sendo o discurso de um sujeito, mas como o enunciado das relações necessárias entre as coisas, apagando assim as marcas de enunciação” (p. 75). Embora no sentido sintático estrito não possamos designar as construções “É adj que x” em português como construções impessoais, já que elas são “frases complexas que contêm uma oração completiva de sujeito selecionada por um adjetivo” (Barbosa, 2013, p. 1857) ou seja, “completivas de adjetivo” (Oliveira, 2003, p. 261), o efeito semântico-pragmático destes “predicados deslocados” (Busse, 2004, p. 38) e “cristalizados” (Koch, 2002, p. 85), é o de enunciarem uma asserção, uma avaliação, uma obrigação, através de um apagamento enunciativo do sujeito falante. O enunciado oculta a sua *origo* enunciativa, parecendo, nesse sentido, um enunciado atribuível à *voz do mundo*. O locutor constitui-se, por esta via, como um *ethos* de autoridade, construído a partir da sua posição social, que o habilita a produzir um discurso em nome e em benefício da nação. As construções marcam uma obrigatoriedade forte, externa ao locutor, apoiam-se em constrações que vêm de fora, de valores situados num ponto alto da escala do bem comum. Tais construções geram um efeito de incontestabilidade que torna a imposição mais aceitável.

Já nos exemplos abaixo, de (33) a (35), o locutor assume-se como a fonte do *dever* deôntico, expressando a sua firmeza através de verbos e outros lexemas com polaridade diretiva e compromissiva elevada:

(33) [...] é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. (Ramalho Eanes, 1977)

(34) O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País [...]. (Ramalho Eanes, 1977)

(35) Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver. (Ramalho Eanes, 1977)

O grau de compromisso de RE com a nação é alto, a sua exigência com os camaradas do governo, do parlamento e das forças militares, também. A vontade de mobilizar o povo é o que o move. A dívida de gratidão para com os que concretizaram Abril (em que ele se inclui) dá-lhe um sentido de responsabilidade acrescido. O valor da herança de que é zelador, a

liberdade, eleva a fasquia da sua missão. Todos estes aspetos tornam a dimensão prospetiva dos discursos de RE muito relevante na organização global dos seus discursos.

Relacionamos a dimensão pragmática prospetiva com os enunciados de valor deontico, baseados na aceção de “deontico” de Campos (2001), quando a autora, recuperando a definição de Charles Bally, indica que este valor modal corresponde ao desejo de que um determinado estado de coisas “seja ou não seja” (Campos, 2001, p. 172)¹⁷ ou, ainda, com a sua proposta para a modalidade intersujeitos:

A modalidade intersujeitos corresponde a uma relação interagentiva entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado: o sujeito da enunciação age sobre o sujeito do enunciado, procurando desencadear uma situação dinâmica – representada pela relação predicativa – em que esse sujeito do enunciado é Agente. (Campos & Xavier, 1991, p. 370)

Estamos, assim, perante um tipo de enunciados que se projetam no futuro e que instanciam um desejo por parte do enunciador de agir sobre um enunciatário, que adquire um papel de Agente. Enunciador e enunciatário podem coincidir no mesmo sujeito do mundo (Campos, 2004, p. 268).

Relacionamos, ainda, estas ocorrências com os atos ilocutórios diretivos de Searle (1981, p. 13), que, segundo o enquadramento do autor, têm, por parte do falante, o propósito ou intenção comunicativa (“illocutionary point”) de levar o ouvinte a executar uma ação. Esse propósito pode corresponder a (e ser expresso em) graus variados, dependendo da força ilocutória do ato (“illocutionary force”). Esta força ilocutória depende, por sua vez, do desejo ou da vontade do enunciador (“psychological state”), sendo a relação entre o enunciado e a realidade marcada por um ajustamento da realidade às palavras (“direction of fit: world-to-words”).

Enquadram-se também, nesta área semântica, os atos compromissivos, já que estes, dependentes de um estado psicológico de intenção, comprometem o próprio falante com a execução de uma ação futura, mantendo uma relação com o mundo empírico de ajustamento da realidade às palavras, à

17 Diz Charles Bally (1932/1944): “La phrase est la forme la plus simple de la communication d'une pensée. Penser, c'est réagir à une représentation en la constatant, en l'appréciant ou en la désirant. C'est donc juger qu'une chose est ou n'est pas, ou estimer qu'elle est désirable ou indésirable, ou enfin désirer qu'elle soit ou ne soit pas [...]” (pp. 35-36).

semelhança dos atos diretivos (“direction of fit: world-to-words”) (Searle, 1981, p. 14). Sendo que a relação enunciativa de tipo deontico pode partir de e incidir sobre o mesmo sujeito (por exemplo, sempre que o enunciador verbaliza uma instrução dirigida a si mesmo: “o mandato obriga-me a x”), os atos compromissivos também instauram uma relação deontica, que conduz um dado sujeito a agir.

Um outro fator que eleva a diretividade do discurso de RE são os enunciados com valor de ameaça e de aviso, alguns deles reforçados por *só* (36 e 40), advérbio focalizador exclusivo de carácter exaustivo (Costa, 2008, p. 65), ou por construções condicionais, tanto no formato simples (normalmente condicionais com negação “se não x, (não) y” (37 a 39)), como no formato de condição necessária (“só se x, é que y” (40)). Outros fatores de reforço surgem sublinhados nos exemplos abaixo, incluindo o pronome *tudo* e o uso explícito de lexemas da família de *ameaça(r)*:

- (36) só a vivência democrática oferece as condições para romper com o hábito de séculos [...]. (Ramalho Eanes, 1980)
- (37) A crise dos equilíbrios mundiais [...] é uma ameaça evidente que, se não for encarada com firmeza, serenidade e ponderação, destruirá as sociedades e o quadro de relações em que o progresso é possível. (Ramalho Eanes, 1980)
- (38) Não o conseguiremos, ou não o conseguiremos rápida e eficazmente, se não soubermos promover e defender o realismo nas medidas políticas. (Ramalho Eanes, 1980)
- (39) Tudo será no entanto frágil e se manterá ameaçado se não soubermos estimular uma produção cultural, viva e actuante, com manifestação em todas as dimensões da vida colectiva. (Ramalho Eanes, 1980)
- (40) [...] a acção política, entendida como orientação da colectividade e como resolução dos problemas, só tem real sentido democrático se for realizada em justiça, em equilíbrio, num espírito de solidariedade, pois só assim se poderá aspirar à estabilidade política e à aceitação social das decisões. (Ramalho Eanes, 1981)
- (41) Porque falta o que pareceria mais simples, tudo fica ameaçado. (Ramalho Eanes, 1979)

Nos discursos de RE, projetam-se visões axiologicamente opostas sobre os tempos históricos relevantes. Tal como dissemos acima, diferentes passados, presentes e futuros sobressaem. O passado da Ditadura; o passado dicotómico do pós-revolução e o presente do muito que se alcançou,

mas também das expectativas que se goraram; o futuro promissor, que se cumprirá, se os apelos à mudança forem realizados, ou o futuro sombrio e ameaçador, que pode vencer, se os desígnios da nação não forem respeitados, sobretudo pela mão de fações que, mascarando-se de democráticas, apenas contribuem para minar a democracia.

Os discursos de RE são, entre muitas outras coisas, o espelho de uma democracia ainda frágil, nos seus primeiros passos, pela mão protetora e receosa de um dos seus pais.

3.2. A celebração de Abril nos discursos de Marcelo Rebelo de Sousa

Os discursos presidenciais de celebração de Abril de MRS contemplados no *corpus* deste livro totalizam 7 exemplares, de um conjunto de dois mandatos, o último dos quais ainda em curso.

Quarenta anos passaram desde o primeiro discurso de RE. Quarenta anos que consolidaram a democracia no país, mas que trouxeram desafios novos, alguns deles inauditos na História recente. Falamos da pandemia de COVID-19, que assolou o mundo no ano de 2020; da guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022; da crise dos migrantes, mais transversal em termos de datas, mas que afeta toda a Europa de uma forma crescente; da emergência ambiental, que se impôs como um problema prioritário no cenário político e social; da polarização política crescente, que exige o equilíbrio entre a preservação dos valores democráticos e a resposta firme a movimentos populistas emergentes; da afirmação de um mundo digital, que coloca tantas oportunidades como ameaças. Enfim, um conjunto de desafios exigentes, que marcam o exercício do poder presidencial de MRS.

As diferenças que observamos entre os discursos de Abril de RE e MRS devem-se, por isso, não apenas aos *ethé* dos respetivos locutores, mas também a um contexto socio-histórico muito diferenciado.

3.2.1. Dar a voz aos portugueses

No primeiro discurso de celebração de Abril que dirige à nação, MRS começa por refletir sobre a pertinência da efeméride nos seus moldes tradicionais. Numa mesma sequência, assinala o momento presente da celebração, evoca o passado, recordando o 25 de Abril e as suas tradições discursivas, e remete para o futuro, através da invocação de um cenário hipotético:

(42) Faz, hoje, exatamente 40 anos que, pela primeira vez, aqui, nesta Casa da democracia, se iniciou o que já é uma tradição cívica – a celebração do 25 de Abril, pela voz dos eleitos por todo o povo português.

E a dúvida que, de quando em vez, ouvi suscitar, a tantos dos meus jovens alunos foi esta: faria ainda sentido uma cerimónia, aparentemente de mera rotina, num claustro fechado, dividida entre reiterar a devida gratidão aos destemidos militares de 1974 e a todos quantos os haviam antecedido, na luta pela liberdade e pela democracia, e repetir os argumentos do confronto político de cada instante, nalguns casos pontuados por avisos ou mesmo quase ultimatatos presidenciais? Não seria preferível viver a data fora deste Hemiciclo, junto de mais portuguesas e portugueses, num gesto de abertura da política a problemas concretos do dia a dia do cidadão comum, inovando nas ideias e ultrapassando a sensação de se estar a ver o mesmo, ainda que pessoas e circunstâncias fossem diferentes? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Num tempo histórico já tão distante de 1974, em que os jovens têm do 25 de Abril um conhecimento mediado pelas narrativas dos mais velhos, MRS cria um pretexto para justificar a relevância da data e da sua comemoração, ao mesmo tempo que prepara algumas mudanças na tradição: a mudança dos tempos deve corresponder a uma mudança no espaço e no foco do discurso, que deve recentrar-se em “problemas concretos do dia a dia do cidadão comum, inovando nas ideias [...]”.

O presidente está empenhado em estabelecer uma ligação mais próxima com as pessoas, transcendendo as formalidades do cargo. Neste discurso inaugural, surge uma estratégia linguística que se tornará uma das suas principais aliadas: a pergunta retórica (“Faria ainda sentido x?”, “Não seria preferível y?”), que voltaremos a encontrar mais adiante, sempre como um instrumento de comunicação, que introduz um modo interativo, mesmo num discurso de natureza cerimonial, tornando-o mais envolvente e acessível.

As perguntas retóricas, atos linguísticos indiretos, em que o que se diz (locução) não corresponde ao que se quer dizer (ilocução) – o locutor não pretende, efetivamente, obter uma informação do alocutário através da sua pergunta – incorporam o alocutário no discurso, simulando uma construção colaborativa do sentido. Ao mesmo tempo, porque são perguntas

orientadas para uma dada resposta, são também estratégias eficazes de conduzir o raciocínio na direção pretendida, tornando-se um recurso argumentativo-persuasivo.

Depois de enunciar uma série de sinais do tempo, ligados ao apelo digital, de “substituição da substância pela forma”, de um certo “empobrecimento ético e doutrinário” e de “populismos anti-institucionais”, MRS conclui que a celebração da efeméride se justifica mais do que nunca:

- (43) [...] é por tudo isto [...] que faz sentido manter viva esta tradição. Hoje, mais do que nunca. Para mostrar que não nos esquecemos da nossa História e que há datas, como a do 25 de Abril – bem hajam os destemidos e corajosos Capitães de Abril –, que não foram, nem nunca serão, indiferentes ao nosso destino coletivo. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Ao mesmo tempo que reatualiza a tradição, MRS cumpre os três momentos canônicos dos discursos de celebração de Abril, que são os da evocação do passado, diagnóstico do presente e projeção no futuro. Fã-lo, usando os portugueses como fio condutor entre os três momentos: os portugueses concretizaram Abril, continuam Abril no seu dia a dia (nas escolas, no trabalho, na emigração) e perpetuarão Abril com a sua vontade e determinação. Os portugueses são os agentes do passado, do presente e do futuro.

Este movimento semântico cria o ensejo para que MRS formule uma longa sequência de elogio aos portugueses, com base na ideia de que são eles os fazedores de Abril. O paralelismo estrutural, que já vimos acontecer nos discursos de RE e que sabemos ser um recurso frequente no discurso político, denuncia uma estrutura retórica forte e a dominância da sequência argumentativa:

- (44) [...] não podemos olvidar que, se há heróis da nossa democracia, para além dos que a prepararam e que, no 25 de Abril, lhe abriram caminhos de futuro, esses heróis são os portugueses. Os portugueses constroem a democracia pelo voto [...] Os portugueses constroem democracia nas escolas, nos lugares de trabalho [...] Os portugueses constroem democracia quando, emigrantes, nunca se esquecem das suas terras [...]. Os portugueses constroem democracia quando, ao fim de anos de sacrifício, sentem que valeu a pena [...] aos portugueses devemos a nossa democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A passagem entre os diferentes tempos relevantes – passado, presente e futuro – acontece, como dissemos, de forma muito fluida, a partir da colocação dos portugueses como os agentes do futuro:

- (45) [...] cabe assim aos portugueses, e ao seu inquebrantável patriotismo, em primeira linha, o combate fundamental pela nossa democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Os protagonistas dos discursos de MRS são, invariavelmente, os portugueses, aqueles que lhe garantiram a eleição e que o sustentam com uma taxa de popularidade, medida a partir de indicadores de aprovação, das mais altas da história da democracia. Os discursos de celebração de Abril tornam clara uma das prioridades de MRS, de manter vivo e forte o vínculo direto com os eleitores.

3.2.2. A polifonia como estratégia comunicativa

A estratégia polifónica do *nós* inclusivo é regular ao longo das intervenções de Abril de MRS.

- (46) Em suma, temos muito orgulho na nossa história, no nosso patriotismo aberto ao universo, na nossa capacidade para nos reinventarmos em democracia, mantendo-nos fiéis à nossa língua, às nossas raízes, à nossa maneira de ser: plataforma entre culturas, civilizações, continentes e oceanos. Numa palavra, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, *nós* orgulhamo-nos de Portugal. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

- (47) Houve, há e haverá sempre um só Portugal, um Portugal que amamos e do qual nos orgulhamos, além dos seus claros e escuros, também porque é nosso.
Nós somos esse Portugal. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Já Benveniste (1966 (1986)) afirmava que o *nós* é uma junção entre o *eu* e o não-*eu*. Este não-*eu* pode ser o *tu* ou o *eles*, distinguindo-se a forma inclusiva (*eu + tu*), que inclui o interlocutor, da forma não inclusiva (*eu + eles*), de que o interlocutor é excluído. A maior parte das ocorrências do *nós* nos discursos de MRS são ocorrências do *nós* inclusivo, em que se fundem o *eu* e o *tu*. Desempenhando um papel significativo na construção do *ethos* solidário do presidente, este *nós* ensaia também uma ideia de nação coesa,

inclusiva, unida em torno de valores essenciais – “a língua, as raízes, a maneira de ser”.

Todavia, o valor do *nós* nos discursos é dinâmico, permitindo construir diferentes grupos referenciais. Nos enunciados de MRS, o *nós* não se reporta sempre ao mesmo grupo de pessoas:

- (48) Temos de melhorar, e muito, o que queremos oferecer de futuro aos nossos jovens, tal como aos nossos anciãos, que tanto nos deram já. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)
- (49) Não o minimizemos! Os vazios que venham a ser deixados pelos protagonistas institucionais alimentarão tentações perigosas de apelos populistas e até de ilusões sebastianistas, messiânicas ou providencialistas. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)
- (50) Não é esse, hoje – nem nunca poderá ser esse no futuro –, o nosso caminho na construção da liberdade, da justiça social e, portanto, da democracia e, mais amplamente, da coesão interna e da projeção externa da nossa Pátria. Nenhuma cedência de princípio pode ser admitida e nenhum tempo pode ser perdido. São os portugueses que no-lo exigem! É Portugal que no-lo impõe! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2018)

Nos enunciados (46) a (50) deparamo-nos com essa ambiguidade referencial do *nós*, que alude a grupos diferentes, com os quais o locutor vai estabelecendo relações interacionais específicas. Esta dinamicidade foi reportada por Marques e Ramos (2015) em discursos de outros tipos e géneros:

A presença do locutor no discurso é dinâmica, ou instável, dependendo da perspetiva; este assume responsabilidades diversas face ao conteúdo do seu dizer e constrói relações diferentes com os interlocutores [...].

[O NÓS plural] dá conta das relações interpessoais que o locutor estabelece com o outro, o alocutário/destinatário da sua alocação. Por isso, NÓS recorta diferentes grupos referenciais, os grupos com os quais o locutor estabelece relações interacionais específicas. (pp. 153-163)

O *nós*, nos enunciados acima, transita de um *nós-portugueses*, (46), (47 (e 48)?), inclusivo de todos os cidadãos, em que se promove uma simbiose

entre o locutor e todos os alocutários, para um *nós-políticos*, (49) e (50), recortando, como referente, as forças políticas e já não a população, que, fora deste grupo do *nós-políticos*, a ele dirige exigências e imposições: “São os portugueses que no-lo exigem! É Portugal que no-lo impõe!”. O dinamismo do *nós* permite, enfim, ao locutor, executar movimentos argumentativos subtis, construindo alianças provisórias com diferentes grupos de alocutários, consoante os objetivos que, num dado momento, lhe interessam potenciar.

Por outro lado, ao colocar as exigências e imposições, projetadas sobre o futuro, na voz dos portugueses e de Portugal, MRS dilui a impositividade dos atos diretivos, desinscrevendo-se e desresponsabilizando-se dos mesmos, logo, tornando-os menos autoritários. O *nós*, nos apelos (ver acima, (48) “Temos de melhorar, e muito” ou (49) “Não o minimizemos!”), coloca o enunciador, simultaneamente, como fonte e como alvo do ato deôntico, simulando um exercício do poder mais partilhado.

A polifonia torna-se uma estratégia central nos discursos de MRS, consentânea com o *ethos* construído por este locutor de presidente consensual, popular, próximo, afetivo. No discurso de 2019, este mecanismo é estruturante: MRS vê Portugal pelos olhos dos jovens.

Usando um desdobramento enunciativo, o presidente constrói uma longa sequência, em que não fala em seu nome, mas, sim, em nome dos jovens, ativando um efeito de diluição da responsabilidade enunciativa, ao apagar-se para fazer “falar” outro enunciador, outro “ponto de vista” (Ducrot, 1984), aliás bem diferente do seu, pois que dele geracionalmente muito distante:

(51) Os jovens de 2019 querem, além de tudo isso, respostas inequívocas para algumas perguntas urgentes.

Quando e como voltará Portugal a querer ser uma sociedade a rejuvenescer [...] e não a envelhecer?

Quando e como esbateremos mesmo as desigualdades que ainda persistem [...] entre pessoas, grupos e territórios?

Quando e como anteciparemos o que aí vem, nesta era de revolução digital [...]?

Quando e como conseguiremos explicar aos menos jovens, e são muitos, numa sociedade a envelhecer, que há mesmo alterações climáticas [...]? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

A sequência de perguntas, numa passagem marcada por paralelismo estrutural, enuncia questionamentos dos próprios jovens. MRS será, pois, um mero porta-voz da mensagem destes para a nação. As palavras de Fonseca (1992) ajudam-nos a compreender este recurso e os objetivos do mesmo:

[...] o Locutor fala, mas a sua voz retoma ou responde a outra ou outras – do seu interlocutor ou de um Locutor ou Alocutário fictícios, ou de uma *doxa* ou de um *topos* ou mesmo a voz das coisas, do mundo. Muitas vezes o Locutor suscita essas vozes para nelas se apoiar, mas fá-lo não raro para as anular ou para, após uma fase de acordo, as orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos. (p. 275)

As perguntas dos jovens são reptos, desafios, que dão o ensejo a MRS de seguir um dado “rumo argumentativo”: a introdução da dimensão projetiva no seu discurso, formulando apelos para o futuro de forma altamente modulada, sem sequer se assumir como autor dos mesmos:

(52) A maioria destas causas não existia ou não era decisiva para os jovens de 74 [...].

O desafio dos jovens de 25 de Abril de 2019 é muito mais global, muito mais complexo, muito mais exigente, na diversidade dos fatores de que depende e do prazo alargado que envolve.

Mais ambição no Portugal pós-colonial.

Mais ambição na democracia.

Mais ambição na demografia.

Mais ambição na coesão.

Mais ambição na era digital e na antecipação do futuro do emprego e do trabalho.

Mais ambição na luta por um mundo sustentável. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2019)

Os desígnios para o país surgem através de um elenco de vetores – democracia, demografia, coesão, sustentabilidade, emprego... – em que os jovens exigem “mais ambição”: não é MRS que exige, são os jovens. O desdobramento enunciativo funciona não só como uma estratégia de diluição da autoridade, como também de redução da força ilocutória dos atos de crítica e de recomendação, implicados, respetivamente, no diagnóstico do presente e na projeção do futuro.

Os anos de 2020 e 2021 significaram celebrar Abril em condições inauditas, já que o mundo estava em tempo de pandemia. Como seria de esperar, as palavras iniciais de MRS, em 2020, aludem a esta circunstância:

- (53) Deliberou a Assembleia da República manter, neste tempo de sacrifício de todos os portugueses, a cerimónia oficial de evocação do 25 de Abril e mantê-la aqui, nesta Casa, nos termos em que a tem realizado, embora com um número muito reduzido de Deputados e convidados. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

Foi uma celebração minimalista, como exigiam os tempos. O presidente dedica, aliás, uma parte inicial do seu discurso a justificar a própria celebração, incompreendida por muitos portugueses:

- (54) Evocar o 25 de Abril é falar deste tempo, não é ignorá-lo. É falar dos seus desafios presentes e futuros, do que fazemos e do que falta fazer, do que acertamos e do que erramos. É ainda ir às raízes buscar forças adicionais, encontrar mais razões para mobilizar, para enfrentar cansaços, desânimos e frustrações. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2020)

E é, justamente, a partir de um jogo polifónico, em que MRS responde a perguntas que ele próprio reconstitui, que o presidente integra as vozes discordantes da sua no discurso:

- (55) Não é este um tempo excepcional e, em tempos excecionais, não devem dispensar-se evocações costumeiras e, para muitos, ritualistas? Não!
Mas, sendo este um tempo em que vários de nós não vemos filhos ou netos, nem visitamos doentes ou lares há mais de um mês e em que só podemos, alguns de nós em grupo de risco, sair das nossas casas em termos muito mais limitados, não é um tempo que rejeite o que nesta evocação traz consigo um espírito de festa de políticos? Não!
Mas, mesmo aceitando que o espírito da sessão é esse, num tempo de confinamento de tantos portugueses, como foi na Páscoa e é agora no Ramadão, não estamos perante um mau exemplo em estado de emergência, no plano dos princípios, como no do acatamento das diretivas sanitárias? Não! (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

As interrogativas podem, como sabemos, servir de suporte a outros valores ilocutórios para além do da pergunta. No caso dos discursos de MRS, constitutivamente dialógicos no sentido fundador de Bakhtine/Volochinov (1977), mas de formato monologal, já que não incorporam uma matriz conversacional que implique a troca de intervenções entre Locutor e Alocutário, as interrogativas veiculam, com certeza, outro valor ilocutório. No caso (55), a forma interrogativa orienta-se para um objetivo pragmático que não é o objetivo prototípico da pergunta, impondo, por isso, uma situação de derivação ilocutória. Estaríamos perante “perguntas orientadas” (Kerbrat-Orecchioni, 1991, p. 22), que Rodrigues (1998) explica da seguinte forma:

[...] perguntas directas de tipo total que, contrariando a sua aparente vocação de pedidos de informação, não visam buscar o valor de verdade da proposição subjacente a elas, mas antes orientar o seu receptor no sentido de este confirmar o valor de verdade que o locutor fez passar na sua pergunta; são orientadas precisamente porque desejam que L2 admita o ponto de vista de L1. Através de uma pergunta orientada, L1 expressa aquilo que julga ser verdade, ou aquilo que crê como óbvio e irrefutável e ao mesmo tempo convida L2 a confirmar as suas assunções e a corroborar essa evidência. (p. 52)

Em (55), o locutor condensa no seu discurso o par pergunta-resposta, deixando um espaço de liberdade muito curto para o Alocutário encontrar a sua própria resposta à pergunta colocada: a interrogativa simula um diálogo que não existe, não só porque o género textual não o prevê, como também porque, sendo a interrogativa uma interrogativa orientada, ela busca apenas a ratificação de uma dada informação. Trata-se de um uso retórico do par pergunta-resposta que dramatiza o diálogo verdadeiro e funciona como um recurso de envolvimento do Alocutário. Campos e Xavier (1991) indicam que este tipo de perguntas tende a ocorrer em situações previsíveis, em que se inclui o discurso político:

[...] a interrogativa retórica [...] ocorre geralmente em contextos em que o enunciador se dirige a um co-enunciador que não tem voz. Por outras palavras, a um co-enunciador ao qual não é dada a oportunidade de se constituir em segundo enunciador. Esses contextos são aqueles em que se produz o discurso político, religioso ou publicitário. (p. 348)

A estruturação da sequência sob a forma de pergunta-resposta permite não só integrar outros pontos de vista – a “voz do *outro*” – num movimento de

abertura e inclusão, como também dialogar com esses pontos de vista – veja-se o “Não!” reiterado e intensificado¹⁸. Esta estratégia de procura de consenso abre espaço para que o presidente ressignifique a evocação de Abril, reatualizando o significado desta efeméride:

- (56) *Evocar Abril é*, nesta circunstância, combater a crise na saúde
Evocar Abril é chorar os mortos
Evocar Abril é testemunhar gratidão
Evocar Abril é reconhecer improvisos, impreparações, atrasos
Evocar Abril é retirar a seu tempo as lições do que foi e é esta vivência única
Evocar Abril é viver tudo isto em liberdade e democracia. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Contrariando a ideia tradicional da unicidade do sujeito falante¹⁹, de que no enunciado se expressa uma só pessoa, a teoria polifônica da enunciação (Ducrot, 1984) defende que o próprio sentido é polifônico, realçando o facto de, no mesmo enunciado, se fazerem ouvir vários “sujeitos”, com estatutos linguísticos diferentes, e se confrontarem várias vozes, não necessariamente em concordância. Assim, dar conta do sentido de um enunciado, consistiria em reconstituir essas vozes que se sobrepõem nos textos, considerando o locutor e a sua posição face a elas.

MRS usa as vozes que convoca, e a decorrente plurivocidade do seu discurso, como um mecanismo de distância enunciativa face ao dito. Seria um caso de “imputação de responsabilidade enunciativa” (Rabatel, 2009), que consiste na delegação da responsabilidade enunciativa em enunciadores segundos. Note-se que, de acordo com a proposta de Rabatel, a imputação da responsabilidade enunciativa não impede que o L1/E1 demarque o seu posicionamento face ao ponto de vista que trouxe para a cena. Esta desresponsabilização enunciativa face ao dito não significa que o locutor queira marcar um afastamento face à voz que convoca, significa, antes, que ele quer juntar mais vozes à sua voz, dando espaço a que estas se manifestem,

18 Trata-se de um *Não* intensificado pelo ponto de exclamação, que assinala a elevação da força ilocutória do ato. Todavia, atendendo ao *ethos* discursivo construído por este locutor, é um *Não* mais paternalista do que autoritário.

19 Diz Ducrot no seu capítulo intitulado “Esquisse d’une Théorie polyphonique de l’Énonciation” do livro *Le Dire et le Dit* (1984): “L’objectif de ce chapitre est de contester – et, si possible, de remplacer – un postulat qui me paraît un préalable (généralement implicite) de tout ce qu’on appelle actuellement la “linguistique moderne” [...]. Ce préalable, c’est l’unicité du sujet parlant.” O autor especifica mais adiante o seu objetivo: “mettre en doute le postulat selon lequel un énoncé isolé fait entendre une seule voix.” (p. 171).

apagando a sua, para que outras sejam ouvidas, e para que, no final, o seu discurso, espaço de encontro de vozes, ganhe a força do consenso.

Os eixos programáticos da conciliação e da unidade perpassam por todos os discursos de MRS. Na intervenção de 2021, o presidente tenta unir os portugueses do presente e do passado, de Portugal e das ex-colónias, dos tantos destinos que a Ditadura e a Revolução forjaram, numa longa sequência marcada por um paralelismo estrutural forte:

- (57) Foi um tempo feito de vários tempos e modos que, para sempre, marcou a vida de mais de um milhão de jovens saídos das suas terras [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida das suas famílias, dos seus lugares, das suas aldeias, das suas vilas e mesmo das suas cidades [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida daqueles que, por opção de princípio, recusaram aquela partida [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida dos que viveram e morreram do outro lado da trincheira [...]
Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida de famílias, de lugares, de aldeias, de vilas e mesmo de cidades, de pátrias afirmadas como Estados independentes [...]. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

Por via da repetição da construção “Foi um tempo que, para sempre, marcou a vida de x”, MRS evoca a época da Ditadura do Estado Novo e da Guerra Colonial, enumerando vários segmentos do povo, sempre no papel semântico de [Paciente], que sofreram os efeitos do regime e do colonialismo.

O discurso de conciliação implica também a aceitação do passado e da história, que não pode ser reescrita, sendo impossível julgar o passado com os olhos do presente:

- (58) Por isso, é tão difícil olhar com os olhos de hoje e tentar olhar com os olhos do passado que, as mais das vezes, não nos é fácil entender, sabendo que outros, ainda, nos olharão, no futuro, de forma diversa dos nossos olhos de hoje [...].
 Acreditando muitos, nos quais também me incluo, que o olhar de hoje não era, as mais das vezes, o olhar desses outros tempos, o que obriga a uma missão ingrata, a de julgar o passado com os olhos de hoje. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2021)

A polifonia é, mais uma vez, a estratégia escolhida para permitir a perspetivação do passado e do presente a partir de um conjunto de pontos de vista. A aceitação desta diversidade é o cerne da democracia onde a divergência convive com a convergência. A dimensão argumentativa da polifonia destacada por Ducrot, em que diferentes vozes ou pontos de vista podem ser utilizados estrategicamente para construir ou contestar argumentos, torna-se bem visível nos discursos de MRS.

Porque os discursos são vestígios do seu contexto, o posicionamento de 2022 é marcado pela guerra na Ucrânia. A saliência é dada às Forças Militares: a sua função na paz e na segurança, na vida e na morte, em tempo de paz e em tempo de guerra:

- (59) Forças Armadas garantes da independência, da soberania, da integridade e da unidade da nossa Pátria. E, nestes tempos em que a guerra na Europa reentra nas nossas casas, toca as nossas vidas, muda o nosso dia a dia, falar em Forças Armadas é falar daquilo que, sendo passado, é muito presente e, mais ainda, futuro. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2022)

As Forças Armadas são o pretexto para definir a Pátria, uma pátria que não é só um conceito abstrato, mas, antes, um desígnio unificador, feito de pessoas de “carne e osso”:

- (60) Pela Pátria! E o que é a Pátria que elas existem para servir? É um Estado independente há quase 900 anos? É, mas é mais do que isso.
É uma comunidade de vida, de cultura, de língua, de identidades forjadas na diversidade, a que muitos chamam Nação, mesmo se o nosso Estado é, há muito, plurinacional? É, mas é mais do que isso.
É uma História, feita de glórias e fracassos, e mais glórias do que fracassos, senão, porventura, aqui não estaríamos agora? É, mas é mais do que isso.
É uma ideia, um projeto, um desígnio que nos une para além daquilo que nos separa, como o sermos universais, espalhados pelos mundos e servindo como plataformas de encontro entre eles? É, mas é mais do que isso.
Uma Pátria são pessoas de carne e osso, todas somadas e cada uma delas per se, vivam cá dentro das fronteiras físicas, vivam

fora delas, no território espiritual, que é onde estiver cada um de nós.

Portugal são os portugueses. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2022)

Mais uma vez, a opção por uma estrutura abertamente dialógica, a partir do par pergunta-resposta, evidencia a antecipação por parte do locutor das possíveis intervenções que o alocutário traria para uma enunciação que se assume como coconstruída, incluindo, no discurso do próprio locutor, a voz do alocutário:

[...] esse Outro que não só não está de fora como também não está ausente da produção discursiva nem muito menos a ela é alheio, antes *com o qual* (sempre, e algumas vezes tanto ou talvez mesmo mais que para o qual) o Locutor enuncia. (Fonseca, 1985, p. 250)

Ao mesmo tempo, a repetição da construção “É, mas é mais do que isso” aparece como uma espécie de refrão que estrutura a sequência, reforçando-a.

Fonseca (1992) defendeu que a matriz da comunicação-interação marca de forma indelével a língua e o discurso, que têm naquela a sua razão de ser:

Só procedendo deste modo se estará a assumir por inteiro a matriz dialógica inscrita na língua e em consonância com isso a fazer da interlocução-interacção o que de verdade ela é – o núcleo primitivo ou a dimensão primeira, fundadora, da comunicação. Proceder deste modo é, afinal, dar-se conta do papel decisivamente interventor do Alocutário na génese, na elaboração e configuração da actividade discursiva do Locutor [...]. (p. 283)

O que nos diz Fonseca é que esta vocação comunicativa gera um “dialogismo profundo”, presente em qualquer discurso, já que o Alocutário está presente na génese do discurso do Locutor.²⁰ Nos discursos de MRS esta vocação dialógica profunda ganha uma materialidade particularmente saliente, tornando-se um dos eixos definidores das suas declarações. Entretanto, plurivocidade e pluralismo são conceitos que se cruzam e se encontram.

²⁰ Adam (2011) defende um princípio semelhante quando diz que toda a proposição “é enunciada por um enunciadador inseparável de um coenunciador” (p. 108). Aliás, este autor formula também o conceito de “responsabilidade enunciativa”, que se torna central na Análise textual dos discursos, na medida em que permite identificar os enunciadadores responsáveis pelos diferentes pontos de vista (PdV) que se cruzam nos enunciados, sempre objeto de desdobramento polifónico.

Incorporar a voz do *outro* na minha voz é uma forma de fazer valer o pluralismo de vozes. Por vezes, o presidente explicita isso no seu discurso:

- (61) Ontem, como hoje, há quem concorde e discorde relativamente às atuações internas ou às posições externas e se tenha manifestado ou manifeste: 1, 100, 1000, 10 000, 100 000, 300 000. O número real ou sonhado não é o essencial, o dos que aparecem e o dos milhões que não aparecem, mas pensam diferente, agem diferente, escolhem diferente, entre si, esse pluralismo é crucial. Faz parte da essência da democracia e em ditadura nunca haveria. É essa a razão da nossa esperança. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2023)

Sendo o *ethos* o resultado de uma construção discursiva (Amossy, 2011, p. 9), percebemos que MRS alcança, com a estratégia da polifonia, vários efeitos relevantes. Constrói uma imagem empática de si e estabelece uma relação próxima com o povo, a partir de recursos como (1) o *nós* inclusivo e outras formas de incorporação da voz do *outro* e de diluição da sua autoridade de presidente; (2) a elevação do povo ao papel de protagonista e o seu elogio: o povo é o Agente do sucesso (dos êxitos políticos, da superação das crises, da própria Revolução); e a vítima, ou o Paciente dos fracassos; (3) a enunciação dos atos diretivos e de crítica pela voz de outros enunciadores; (4) os metacomentários que o colocam numa posição humilde face ao auditório: “seja-me permitido sublinhar alguns traços que poderão suscitar reflexões para outras épocas”; “E permitam-me que aqui evoque”; “Admito que assim não seja”; (5) o discurso confessional, que procura o *pathos*: “Lembro bem, lembramos bem o que nos unia, a nós, jovens, dos mais opostos pensamentos, na alvorada da mudança”; “Confesso que sinto alguma emoção quando penso que o meu avô partiu para o Brasil, naquele dia 24 de abril de 1871, levando irmãos mais novos, para fugir da miséria das Terras de Basto, no Minho mais profundo”.

Estas estratégias têm também impacto na forma como o locutor constrói os momentos passado, presente e futuro nos discursos de Abril. O presidente do consenso não deseja criticar o passado ou o presente de forma veemente nem falar sobre o futuro num tom ameaçador ou impositivo. A distância enunciativa é um veículo de redução da força ilocutória muito eficaz neste propósito.

Uma análise das ocorrências de 1.^a pessoa do singular (pronomes pessoais, possessivos e formas verbais) nos discursos de MRS e de RE acrescenta

dados interessantes a esta conclusão. Como é sabido, os marcadores enunciativos de pessoa, a par de outras categorias linguístico-discursivas, constroem uma dada (inter)subjetividade no discurso (Marques, 2014) e uma dada proxémica (Araújo Carreira, 1997, p. 29), no sentido de regulação da proximidade-afastamento entre locutor e interlocutor(es). É uma arquitetura do espaço contextual, entendido como espaço físico, social e relacional:

[...] il s'agit d'un mode de qualification des entités. Ce mode de qualification est nécessairement – puisqu'il s'agit de l'adresse – une manifestation de la façon dont le locuteur envisage la relation interlocutive et se situe et situe l'autre, au sein de cette relation, et au sein d'un contexte relationnel et social plus large. (Araújo Carreira, 2009, p. 30)

Às 40 ocorrências em MRS contrapõem-se 94 ocorrências em RE. Mas não é só a nível quantitativo que estas diferenças sobressaem, a nível qualitativo também. Retirando as passagens em que MRS partilha memórias e informações mais pessoais com o auditório, exemplificadas acima, a maioria das ocorrências da 1.ª pessoa do singular dão-se em contextos metadiscursivos, sem grande relevância semântico-pragmática, em que o locutor faz comentários sobre a própria enunciação, seja para repetir, reforçando, o dito (“pessoas, grupos e territórios – sublinho territórios”; “Patriotas. Patriotas, digo bem”; “pelos que recebe de fora – digo bem, pelos que recebe de fora!”; “Já disse, e repito”), seja para sinalizar movimentos textuais (“seja-me permitido sublinhar alguns traços que poderão suscitar reflexões”; “termino, pois, por onde comecei”).

Já em RE, as ocorrências da 1.ª pessoa do singular incluem-se, tipicamente, em enunciados diretivos e compromissivos de força ilocutória alta, em que o locutor assume um compromisso total com o dito. Vejam-se exemplos como: “recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros.”; “É meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades.”; “o mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir [...]”; “Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e corretas [...]”; “Não hesitei em assumir as responsabilidades das funções que exerço”; “não acredito em qualquer outra fórmula de poder pessoal [...]”; “os compromissos irrevogáveis que assumi perante o nosso povo”. Destas escolhas de RE, resulta o recorte de um *ethos* firme, com um sentido de autoridade vincado. Uma autoridade que é sinónimo de responsabilidade, decorrente da decisão popular que o elegeu. Os seus discursos são marcados por um grau forte de assunção de responsabilidade enunciativa (Adam, 2011; Rabatel, 2009) e logo por uma

força ilocutória alta, quer na crítica do passado e do presente, quer nas exigências para o futuro²¹. Já as escolhas discursivas de MRS revelam um grau elevado de imputação de responsabilidade enunciativa, consentâneo com um presidente apostado em diluir a sua autoridade, procurando o consenso. Tirando o elogio ao povo e ao próprio 25 de Abril, o seu discurso constrói uma versão modalizada e moderada do passado, do presente e do futuro.

4. Conclusão

Tal como afirma Fonseca (1998),

A partir do título e das dimensões agregadas à situação enunciativa [...] e ainda da enciclopédia que se lhes liga / que eles activam, fica configurado [...] um *complexo* ou um *agregado de sentido* nuclear, a desdobrar adequadamente no discurso (p. 11),

É altura, pois, de retomarmos o tema que nos propusemos desenvolver neste capítulo: “*Passado, presente, futuro nos discursos presidenciais de celebração de Abril: unidade e diversidade na construção discursiva*”.

Os modos da presença do locutor na superfície discursiva são uma das estratégias disponíveis para a construção de uma subjetividade e uma intersubjetividade específicas. MRS e RE constroem a sua presença de forma notavelmente diferente nos seus discursos de celebração de Abril. Enquadrados por um género textual muito ritualizado, que impõe uma força centrípeta rumo à unidade do género, estes dois locutores encontram, ainda assim, espaço para se afirmarem de forma diversa, demonstrando que o género comporta uma certa margem para a construção de imagens de si diferentes. Adam e Heidmann (2007) salientam esta flexibilidade da relação entre texto e género:

En dépit des régularités observables, la variation caractérise toute réalisation textuelle. Le facteur principal d’innovation est lié aux conditions pragmatiques de tout acte d’énonciation: la situation d’interaction et les visées ou buts des locuteurs contraignent plus ou moins ces derniers à respecter le principe d’identité ou, au

21 Seria produtivo aprofundar outros mecanismos linguísticos de elevação da força ilocutória em RE e, inversamente, de redução, em MRS. Aspectos como um léxico de polarização semântica alta (irrevogável), atos performativos explícitos (recusar, obrigar, não hesitar) contribuem para o reforço, ao passo que verbos modais epistémicos como *poder* e advérbios de dúvida como *talvez* contribuem para a atenuação. Não nos é possível desenvolver esta análise no presente estudo devido a limitações de espaço.

contraire, à s'en libérer en introduisant plus ou moins de variations novatrices, de décalages, en jouant tant avec la langue qu'avec les systèmes de genres disponibles. (p. 8)

Adicionalmente, embora os textos partilhem uma parte dos referentes semânticos relevantes no género (a efeméride, o passado pré-revolução, o pós-revolução, o lugar do povo, a pátria, entre outros) e os objetivos pragmáticos do mesmo, as imagens do mundo neles construídas, especificamente do passado, do presente e do futuro, são marcadamente diferentes. Elas decorrem, como ficou comprovado, não só dos diferentes momentos históricos recortados pelos discursos, como também de dois modos muito diferentes de *ser presidente*.

Referências

- Adam, J.-M. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga, (org.), *Analyse des discours. Types et genres: Communication et interprétation* (pp. 25-43). EUS.
- Adam, J.-M. (2011). *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Cortez.
- Adam, J.-M. & Heidmann, U. (2007). Six propositions pour l'étude de la généricité. *La Licorne*. <https://licorne.edel.univ-poitiers.fr:443/licorne/index.php?id=3709>.
- Amossy, R. (2011). *Imagens de si no discurso. A construção do ethos*. (2.ª edição). Contexto.
- Araújo Carreira, M.H. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Peeters.
- Araújo Carreira, M.H. (2009). Qualification et adresse : complexité modale et enjeux interlocutifs. L'exemple du Portugais. *Synergies*. Pologne 6, 29-34.
- Authier-Revuz, J. (1984). Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages* 73, 98-111.
- Bakhtine, M./Volochinov, V. (1977). *Le Marxisme et la philosophie du langage*. Éditions de Minuit.
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.
- Bally, C. ((1932) 1944). *Linguistique générale et linguistique française*. A. Francke
- Barbosa, P. (2013). Subordinação argumental finita. In E. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura & A. Mendes (eds.). *Gramática do português* (Vol. I, Cap. 36, pp. 1821-1897). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Benveniste, É. ((1966) 1986). L'homme dans la langue in *Problèmes de linguistique générale I*. Gallimard, *O Homem na linguagem* (tradução portuguesa Maria Alzira Seixo). Vega Editora.

Busse, S. (2004). *Uma tentativa de descrição das macroestruturas sintático-semânticas geradas pelo predicado nominal em porções textuais retiradas de redações produzidas pelos candidatos ao vestibular especial 2002 da Unioeste*. (Tese de mestrado não publicada), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil.

Campos, M.H.C. e Xavier, M.F. (1991). *Sintaxe e semântica do português*. Universidade Aberta.

Campos, M.H.C. (2001). Gramática e construção da significação. In F.I. Fonseca, I.M. Duarte & O. Figueiredo, (coords.), *Actas do colóquio: A Linguística na formação do professor de português*. CLUP.

Campos, M.H.C. (2004). A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In F. Oliveira & I.M. Duarte (orgs.), *Da língua e do discurso* (pp. 265-281). Campo das Letras.

Costa, J. (2008). *O advérbio em português europeu*. Edições Colibri.

Duarte, I.M., Pinto, A.G., & Rodrigues, S.V. (2022). Contraste, concessão e contra-argumentação em textos académicos: uma análise exploratória. *Linguística: Revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto*. 2, 149-176. <https://doi.org/10.21747/16466195/ling2022v2a7>

Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Les Éditions de Minuit.

Fonseca, J. (1985). Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, 1. FLUP.

Fonseca, J. (1992). *Linguística e texto / discurso. teoria, descrição, aplicação*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Fonseca, J. (1998). "Elogio do Sucesso": a força da palavra / o poder do discurso. In J. Fonseca (org.), *A organização e o funcionamento dos discursos*. Tomo III (pp. 9-78). Porto Editora.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1991). *La question*. P. U. de Lyon.

Koch, I. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. (5.ª ed). Cortez.

Maingueneau, D. (2005). *Ethos, cenografia, incorporação*. In R. Amossy (org.), *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. (pp. 69-92). Contexto.

Maingueneau, D. (2008). A propósito do *ethos*. In A. R. Motta & L. S. Salgado (orgs.), *Ethos discursivo* (pp. 11-29). Contexto.

Maingueneau, D. (2009). *Les termes clés de l'analyse du discours*. Éditions du Seuil.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. *forma breve* 11, Universidade de Aveiro, 297-311. <https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5416>

Marques, M. A., & Ramos, R. (2015). Marcas deícticas da presença do locutor no discurso científico: dissertações de mestrado apresentados na Universidade do Minho. *Redis: Revista de estudos do discurso*, (4), 144-168. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/3093>

Marques, M. A. & Duarte, I. M. (2016). Dêixis e valores enunciativo-pragmáticos dos predicados verbais no discurso acadêmico. In X. M. Sánchez Rei & M. A. Marques (orgs), *As Ciências da Linguagem no espaço galego-português – diversidade e convergência* (pp. 179-208). Universidade do Minho /CEHUM/Húmus.

Mateus, M.H.M. et al. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Caminho.

Mondada, L. & Dubois, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. *TRANEL*, 23, 273-302.

Oliveira, F. (2003). Modo e modalidade. In M. H. M. Mateus et al., *Gramática da língua portuguesa* (Cap. 9, pp. 243-272). Editorial Caminho.

Parret, H. (1988). *Enunciação e pragmática*. Editora Unicamp.

Pinto, A.G. (2014). O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar. *forma breve*. Universidade de Aveiro. (11), 313-341.

Pinto, A.G., Pinho, C.A. & Teixeira, J. (2017). Polarização e construção da força discursiva em manifestos políticos: o caso das presidenciais portuguesas de 2016. *Linha d'água*. 30 (1), 35-68. <https://doi.10.11606/issn.2236-4242.v30i1p35-68>

Pinto, A.G. & Rodrigues, S.V. (2020). Contributo para o estudo das construções É Adj que X como marcadores argumentativos. In I.M. Duarte & R. Ponce de León Romeo (orgs.), *Marcadores discursivos: o português como referência contrastiva*. (pp. 227-255). Peter Lang.

Rabatel, A. (2009). Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... *Langue française*, 162, 71-87. <https://doi.org/10.3917/lf.162.0071>

Rodrigues, M.C.C. (1998). A sequência discursiva *pergunta-resposta*. In J. Fonseca (org.), *A organização e o funcionamento dos discursos*. Tomo II (pp. 11-220). Porto Editora.

Searle, J. (1981). *Expression and meaning*. Cambridge University Press.

Vion, R. (2005). Modalités, modalisations, interaction et dialogisme. In J. Bres, et al. (org.), *Dialogisme, polyphonie: approches linguistiques* (pp.143-156). De Boeck Duculot.